

- Cada um dos itens das provas objetivas está vinculado ao comando que imediatamente o antecede. De acordo com o comando a que cada um deles esteja vinculado, marque, na **Folha de Respostas**, para cada item: o campo designado com o código **C**, caso julgue o item **CERTO**; ou o campo designado com o código **E**, caso julgue o item **ERRADO**. A ausência de marcação ou a marcação de ambos os campos não serão apenadas, ou seja, não receberão pontuação negativa. Para as devidas marcações, use a **Folha de Respostas**, único documento válido para a correção das suas provas objetivas.
- No(s) item(ns) constituído(s) pela estrutura **Situação hipotética**: ... seguida de **Assertiva**: ..., os dados apresentados como situação hipotética deverão ser considerados premissa(s) para o julgamento da assertiva proposta.
- Nos itens que avaliarem conhecimentos de informática e(ou) tecnologia da informação, a menos que seja explicitamente informado o contrário, considere que todos os programas mencionados estão em configuração-padrão e que não há restrições de proteção, de funcionamento e de uso em relação aos programas, arquivos, diretórios, recursos e equipamentos mencionados.
- Eventuais espaços livres — identificados ou não pela expressão “Espaço livre” — que constarem deste caderno de provas poderão ser utilizados para rascunho.

CONHECIMENTOS BÁSICOS

1 É uma loja grande e escura no centro da cidade, uma
quadra distante da estação de trem. Quando visito a família,
entre um churrasco e outro, vou até lá para olhar as gôndolas
4 atulhadas de baldes, bacias, chaves de fenda, garfos, colheres,
facas, afiadores de vários modelos, pedras de amolar,
parafusos, porcas, pregos, anzóis e varas de pescar.

7 É uma loja grande e escura, eu dizia, no centro da
cidade onde nasci, e dentro dela me sinto protegido, distante da
neurose e dos problemas, sonhando com uma das vidas que não
10 tive e me esquecendo da vida real em que me perco enquanto
a atravesso e sou por ela atravessado.

13 Tem meia dúzia de atendentes, conheço dois ou três
pelo nome, e o dono do lugar é sempre simpático comigo. Sabe
que gosto do seu negócio, que, se me mudasse de novo para lá,
seria seu freguês. Mas também sei que me vê como um tipo que
16 há vinte anos vive na capital, que a essa altura é mais
metropolitano que interiorano, um cara talvez meio esquisito,
ou apenas ridículo, que se interessa por coisas de que não
19 precisa, coisas das quais não entende.

Da última vez gastei uma eternidade olhando uma
caneca de alumínio. Não a coloquei na cesta de compras. Para
22 ser sincero, mal consegui tocá-la. De repente minha existência
pareceu absurda, e eu teria que trocar de roupa e de pele antes
de usar aquela caneca industrial. Ou pelo menos pintar de outra
25 cor as paredes da sala. Era trabalho demais, desisti. Agora
tenho uma caneca imaginária — que brilha na sombra quando
bebo água.

Fabrizio Corsaletti. *Escuro*. In: *Perambule*. São
Paulo: Editora 34, 2018 (com adaptações).

No que concerne às ideias e aos aspectos linguísticos do texto apresentado, julgue os itens a seguir.

- 1 Sem prejuízo da correção gramatical e dos sentidos do texto, a expressão “uma quadra distante da estação de trem” (ℓ. 1 e 2) poderia ser substituída por **a uma quadra de distância da estação de trem**.
- 2 A supressão da vírgula empregada após o vocábulo “família” (ℓ.2) implicaria alteração no sentido do período.
- 3 A expressão “um cara talvez meio esquisito” (ℓ.17) é empregada pelo narrador para caracterizar “o dono do lugar” (ℓ.13).
- 4 O texto evidencia o sentimento ambíguo de nostalgia e de deslocamento do autor em relação à sua cidade natal.
- 5 A substituição da expressão “das quais” (ℓ.19) por **que** preservaria tanto o sentido quanto a correção gramatical do período.

Acerca da responsabilidade civil do Estado, julgue os itens a seguir.

- 6 Historicamente, a responsabilidade civil do Estado evoluiu a partir da teoria da irresponsabilidade civil do Estado, passando por um período no qual predominaram teorias de responsabilidade subjetiva. Atualmente, encontra-se sedimentada e prevalecente a teoria da responsabilidade objetiva do Estado.
- 7 As pessoas jurídicas de direito privado prestadoras de serviços públicos respondem pelos seus atos que causarem danos a particulares somente se verificado que a conduta tenha sido dolosa ou culposa.
- 8 O Estado é civilmente responsável por dano causado a particular em decorrência de má conservação de rodovia que se encontra sob responsabilidade pública.
- 9 A culpa recíproca da vítima é causa excludente da responsabilidade do Estado.
- 10 A condenação do Estado em ação indenizatória ajuizada em razão de dano causado por servidor público enseja a responsabilização do servidor em ação regressiva, independentemente da configuração de dolo ou culpa na conduta.

Julgue os próximos itens, relativos a licitações e contratos administrativos.

- 11 A existência de fornecedor exclusivo de determinado produto é hipótese de ineligibilidade de licitação.
- 12 No pregão para a aquisição de bens comuns, é ilegal a indicação de marcas, exceto quando houver justificativa técnica que indique a qualidade do material a ser adquirido.
- 13 Na licitação para registro de preços, é necessário indicar a dotação orçamentária na fase interna do procedimento licitatório.
- 14 No regime diferenciado de contratações públicas, é cabível licitar obras e serviços de engenharia relacionados a melhorias na mobilidade urbana.
- 15 Em se tratando de contrato de prestação de serviços firmado com a administração pública após regular procedimento licitatório, caso a contratada não pague os encargos trabalhistas dos empregados alocados no contrato, o Estado responderá, subsidiariamente, pelos referidos encargos, em razão da culpa *in eligendo*.

Com relação à aplicabilidade das normas constitucionais e aos direitos e garantias fundamentais, julgue os itens a seguir.

- 16 O grau de eficácia de uma norma constitucional não pode ser aferido a partir da sua entrada em vigor, sendo necessária, para tal aferição, a verificação da incidência da lei em um caso concreto.
- 17 Em se tratando de norma constitucional contida, enquanto não sobrevier condição que reduza sua aplicabilidade, considera-se plena sua eficácia.
- 18 De acordo com a Constituição Federal de 1988, são reconhecidos como válidos somente os direitos e as garantias previstas no texto constitucional ou os a ele incorporados formalmente.

A respeito da organização político-administrativa do Estado brasileiro, julgue os itens subsequentes.

- 19 Por expressa disposição constitucional, as competências materiais e legislativas dos municípios subordinam-se integralmente ao disposto nas constituições dos respectivos estados-membros a que eles pertencem.
- 20 Diante da inexistência de lei federal pertinente, os estados possuem capacidade plena para legislar sobre normas gerais em direito tributário.

Quanto à organização dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, julgue os itens a seguir.

- 21 A atuação das comissões parlamentares de inquérito insere-se no âmbito da função fiscalizatória do Poder Legislativo, considerada função típica desse poder.
- 22 A competência do Tribunal de Contas da União para julgar as contas dos responsáveis por dinheiros, bens e valores públicos não abrange as contas do presidente da República.
- 23 Em razão da garantia de autonomia financeira, as propostas orçamentárias encaminhadas pelo Poder Judiciário não se submetem aos limites impostos pela lei de diretrizes orçamentárias.
- 24 Tanto em caso de infrações penais comuns quanto de crimes de responsabilidade, compete à Câmara dos Deputados o juízo de admissibilidade da acusação apresentada contra o presidente da República.
- 25 É viável a extinção de órgãos públicos por meio de decreto do presidente da República na hipótese de redução de despesa para a União.

Acerca de assuntos relativos ao direito empresarial, julgue os itens a seguir.

- 26 Os sócios que integram sociedade empresária que funciona sem registro em junta comercial respondem ilimitadamente com seu patrimônio pessoal pelas dívidas da sociedade.
- 27 A falência incide tanto sobre a sociedade empresária regular quanto sobre o empresário de fato, mas a recuperação judicial beneficia somente os que pratiquem a atividade empresarial conforme a lei.
- 28 Sociedade limitada será regida supletivamente pelas normas da sociedade simples somente se assim estiver estipulado no contrato social.
- 29 Acionista controlador é o titular de direitos de sócio que lhe asseguram, de modo permanente, a maioria dos votos em assembleia geral e o poder de eleger a maioria dos administradores da companhia, mesmo que não utilize efetivamente esse poder para dirigir as atividades sociais.

- 30 Empresa individual de responsabilidade limitada é constituída por uma única pessoa e seu nome empresarial deve ser formado necessariamente pela firma seguida da expressão EIRELI.

Com base no Código Civil, julgue os itens a seguir.

- 31 O direito à sucessão aberta é considerado, para os efeitos legais, bem imóvel, ainda que os bens deixados pela pessoa falecida sejam todos móveis.
- 32 Negócio jurídico celebrado por pessoa menor de dezesseis anos de idade é anulável.
- 33 As partes podem alterar, por acordo, os prazos de prescrição, inclusive mediante renúncia expressa ou tácita.
- 34 Os bens de pessoa que falecer sem deixar testamento serão destinados aos sucessores legítimos, que são, de acordo com a lei, os seus descendentes, ascendentes, cônjuge, companheiro e os colaterais até o quarto grau.
- 35 O pacto antenupcial por escritura pública é necessário ao casal que escolher o regime da comunhão universal, o da separação absoluta de bens ou o da participação final nos aquestos, sendo incabível no regime da comunhão parcial.

Com relação a aspectos do direito penal, julgue os itens a seguir.

- 36 Funcionário público que é responsável pela fiscalização da entrada e saída de mercadorias no estado e deliberadamente não verifica o correto pagamento do imposto devido comete o crime de descaminho.
- 37 Auditor que, no intuito de obter vantagem econômica, inserir, no banco de dados da secretaria de fazenda local, informações falsas em relação a dívida de determinado contribuinte terá cometido o crime de falsidade ideológica.
- 38 Caracteriza crime contra a fé pública a venda, no exercício de atividade comercial, de mercadoria em que tenha sido aplicado selo falsificado que se destina a controle tributário.
- 39 Autorizar a inscrição em restos a pagar de despesa que tenha sido previamente empenhada não é uma conduta tipificada como crime contra as finanças públicas.
- 40 O agente que patrocina interesse privado junto à administração fazendária valendo-se da qualidade de funcionário público comete o crime de advocacia administrativa que, de acordo com o Código Penal, é punido com reclusão.

No que se refere a legislação tributária, obrigação tributária e crédito tributário, julgue os itens que se seguem.

- 41 Se, no âmbito de determinado estado, um ente público delega a determinada pessoa jurídica de direito público a função de arrecadação dos tributos, a essa pessoa jurídica serão aplicáveis as garantias e os privilégios processuais que competem ao ente público cedente.
- 42 A obrigação tributária principal corresponde a uma prestação pecuniária que tenha como objeto o pagamento de tributo ou de multa por descumprimento da legislação tributária e, diferentemente da obrigação acessória, submete-se à reserva de lei em sentido formal.
- 43 No âmbito do direito tributário, prevalece a máxima civilista de que o acessório segue o principal, de tal forma que a extinção da obrigação principal implica a extinção da obrigação acessória, dada a relação de subordinação existente entre elas.

44 O lançamento tributário é procedimento administrativo vinculado e obrigatório, que se reporta à data da ocorrência do fato gerador da obrigação, sendo regido pela lei então vigente, desde que não tenha sido modificada ou revogada, e é ívativo da autoridade administrativa, a qual pode ser funcionalmente responsabilizada se não realizá-lo.

45 No caso de lançamento por homologação, não influem sobre a obrigação tributária quaisquer atos anteriores à homologação, praticados pelo sujeito passivo ou por terceiro, visando à extinção total ou parcial do crédito.

A respeito de responsabilidade, de obrigação e de administração tributária, julgue os itens subsequentes.

46 A denúncia espontânea da infração, acompanhada, se for o caso, do pagamento do tributo devido com juros de mora correspondentes, realizada até a conclusão do procedimento administrativo ou da medida de fiscalização relacionada com a infração resulta na exclusão da responsabilidade do contribuinte pela infração.

47 Independentemente da natureza ou do tempo de sua constituição, o crédito tributário tem preferência sobre qualquer outro, inclusive sobre os créditos decorrentes da legislação trabalhista ou de acidentes de trabalho.

48 À administração tributária, no exercício da fiscalização, não será oponível norma estadual que limite o direito de examinar livros e documentos comerciais ou fiscais dos comerciantes.

49 Os livros obrigatórios de escrituração comercial e fiscal, bem como os comprovantes dos lançamentos neles efetuados, deverão ser conservados pelo prazo de cinco anos, independentemente de estarem ou não prescritos os créditos tributários decorrentes das operações a que se refiram.

50 Auditor fiscal que, com o intuito de beneficiar terceiro devedor de tributos, expedir certidão negativa ignorando os débitos fiscais devidos será responsabilizado pessoalmente pelo crédito tributário e pelos juros de mora acrescidos.

Determinada sociedade anônima contratou um seguro contra incêndio, com vigência de três anos, e pagou integralmente o prêmio do seguro à companhia seguradora no ato da contratação.

A partir dessa situação hipotética, julgue os itens seguintes.

51 Para a empresa segurada, trata-se de um fato contábil permutativo, com efeitos patrimoniais imediatos em contas do ativo circulante e do ativo realizável a longo prazo.

52 A empresa segurada estará sujeita ao reconhecimento futuro de despesas, as quais serão apropriadas *pro rata temporis*, de acordo com o regime de competência.

Com relação à composição das demonstrações contábeis exigidas pela legislação societária, julgue os itens a seguir.

53 O produto obtido por uma sociedade anônima com a venda de partes beneficiárias e bônus de subscrição será apresentado como receita operacional na demonstração do resultado do exercício.

54 A conta ajustes de avaliação patrimonial pertence ao patrimônio líquido e destina-se a registrar, no balanço patrimonial, os aumentos ou as diminuições de valor de elementos do ativo e do passivo sujeitos à avaliação a valor justo por determinação legal ou regulamentação específica, enquanto tais variações não puderem ser reconhecidas no resultado do exercício em obediência ao regime de competência.

Com base nas Normas Brasileiras de Contabilidade Geral (NBC TG), julgue os próximos itens.

55 Uma das características qualitativas fundamentais da informação financeira é a representação fidedigna, que preconiza que as informações financeiras sejam representações fiéis da forma legal dos fenômenos que elas se propõem a representar.

56 O reconhecimento inicial de um ativo intangível que tenha sido adquirido em separado deve ser feito ao custo, o qual deve incluir, entre outros elementos, os impostos de importação e os impostos não recuperáveis incidentes sobre a compra.

Com relação a operações envolvendo estoques de mercadorias, julgue os itens subsequentes.

57 Em um cenário econômico de alta dos preços, a opção pela utilização do método PEPS (primeiro que entra, primeiro que sai) provoca custos de mercadorias vendidas em valores maiores do que os que seriam obtidos com a utilização do método da média ponderada.

58 Uma mercadoria cujo custo de aquisição não possa ser mais recuperável deve ser mensurada a valor justo até a sua venda definitiva.

O departamento de produção de determinada empresa necessita ratear os seus custos indiretos a dois produtos A e Z. O departamento de contabilidade de custos dessa empresa estuda o critério mais adequado para efetivar o referido rateio, entre os quatro seguintes critérios: matéria-prima aplicada; mão de obra direta aplicada; horas-máquina utilizadas; custo direto total.

Com base nas informações apresentadas, julgue os itens a seguir.

59 Caso as análises concluam que a matéria-prima e a mão de obra direta são aplicadas na mesma proporção aos produtos A e Z, poderá ser utilizado qualquer um desses dois critérios, assim como o custo direto total, sem que haja distorção na distribuição dos custos indiretos.

60 Se das análises for concluído que 90% dos custos indiretos dizem respeito a depreciação, energia elétrica e manutenção, não poderá ser utilizado o critério da matéria-prima aplicada para rateio dos custos indiretos aos produtos A e Z.

61 Caso as análises concluam que o principal custo indireto refere-se a supervisão e controle do pessoal que trabalha diretamente na produção, não é apropriada a utilização do critério da mão de obra direta aplicada para rateio dos custos indiretos aos produtos A e Z.

62 Se as análises indicarem que os custos indiretos são fortemente influenciados por fatores relacionados ao consumo de matéria-prima e à utilização de máquinas, será apropriada a eleição de um critério misto.

O departamento de produção de determinada empresa, que fabrica dois produtos (A e B), dispõe da seguinte composição de custos.

incorridos no departamento	
matéria-prima consumida (produto A)	R\$ 300.000
matéria-prima consumida (produto B)	R\$ 200.000
mão de obra direta (produto A)	R\$ 90.000
mão de obra direta (produto B)	R\$ 60.000
energia elétrica (produto A)	R\$ 30.000
energia elétrica (produto B)	R\$ 20.000
mão de obra indireta	R\$ 80.000
custos indiretos dos produtos recebidos de outros departamentos	
R\$ 200.000	
custos já alocados aos produtos A e B no departamento anterior (produção recebida)	
R\$ 2.500.000	

Com base nas informações precedentes, julgue os itens que se seguem, relativos a controle de custos.

- 63 Do ponto de vista do departamento de produção, os custos relativos aos produtos A e B incorridos no departamento anterior (R\$ 2.500.000) são não controláveis.
- 64 Do ponto de vista do departamento de produção, os custos incorridos no departamento e alocados aos produtos A e B (R\$ 700.000) são controláveis, enquanto os custos relativos à mão de obra indireta (R\$ 80.000) são não controláveis, uma vez que não foram alocados aos produtos.
- 65 Do ponto de vista do departamento de produção, os custos indiretos dos produtos A e B recebidos de outros departamentos (R\$ 200.000) são controláveis por natureza.

O Banco Central exerce papel estratégico no equilíbrio dos mercados financeiros ao interferir na oferta e demanda por moeda. Os fatores que afetam a oferta ou a demanda de moeda de um país estão entre os principais determinantes da taxa de câmbio. A esse respeito, julgue os itens subsequentes.

- 66 A demanda por moeda depende, positivamente, do nível de transações econômicas e, negativamente, da taxa de juros real.
- 67 As operações de mercado aberto contracionistas levam a uma diminuição do preço dos títulos e a um aumento da taxa de juros.
- 68 A elevação da taxa de juros básica da economia (SELIC) concomitantemente à diminuição das taxas de recolhimento compulsório sobre depósitos a vista reduz a liquidez e, em consequência, a inflação corrente.
- 69 Os bancos centrais modernos, incluindo-se o Banco Central brasileiro, utilizam instrumentos de política monetária para alterar a oferta de moeda, visando alcançar a taxa de juros que desejam atingir.

O Estado brasileiro atua como regulador, como financiador e como agente produtor, a fim de contribuir para o aumento de investimentos na economia. Acerca das funções do governo na economia, julgue os itens seguintes.

- 70 O objetivo da regulação do estado é melhorar a eficiência alocativa, situação na qual se realiza o maior volume de transações econômicas, mesmo que isso possa eventualmente sacrificar o bem-estar do consumidor.
- 71 O Programa Mais Médicos é uma iniciativa do governo federal que visa ao fortalecimento da atenção básica do país; assim, sua execução possibilita ao governo cumprir a função econômica distributiva.
- 72 O Estado atua na sua função como regulador quando define as políticas econômica e fiscal, a fim de promover o emprego, o desenvolvimento e a estabilidade, haja vista a impossibilidade do mercado de assegurar o atingimento de tais objetivos.

Em determinado mercado com participação de 100 empresas, em concorrência perfeita, a função de custo total (CT) para todas as empresas e a curva de demanda (Q_d) pelo bem B são definidas pelas funções $Q_d = 1000 - 10P$ e $CT = 50 + 4q_e + q_e^2$, em que Q_d = quantidade demandada no mercado; P = preço do bem; q_e = quantidade ofertada por cada empresa.

A partir dessa situação hipotética, julgue os itens subsequentes.

- 73 O preço de equilíbrio desse mercado corresponde a 8 unidades monetárias.
- 74 As empresas maximizarão os lucros quando o custo marginal for correspondente a 20 unidades monetárias.

O produto interno bruto (PIB) é um indicador do tamanho da economia e corresponde à soma de todos os bens e serviços finais produzidos por um país, estado ou cidade, geralmente em um ano. O PIB do Brasil dos últimos 10 anos passou por momentos de crescimento e redução. Acerca do PIB brasileiro, julgue os itens a seguir.

- 75 As estimativas do PIB brasileiro podem ser expressas tanto em unidades monetárias quanto em unidades físicas.
- 76 É consenso entre os economistas que um período de deflação longo poderá assegurar crescimento robusto da economia do Brasil nos próximos anos.
- 77 Uma variação positiva do PIB nominal do Brasil nos próximos anos não significará necessariamente crescimento real da economia.

Julgue os próximos itens, relativos a gerenciamento de projetos.

- 78 De acordo com o PMBOK 6, o gerente do projeto não é responsável por garantir que o trabalho relacionado a requisitos seja considerado no plano de gerenciamento do projeto, porque, em projetos ágeis, em vez de planejamento do escopo, há a definição do *backlog*, que acontece mais ao longo da vida do projeto e menos em seu início.
- 79 Uma das formas de medir o grau de eficiência com que a equipe do projeto está realizando o trabalho é avaliar o índice de desempenho de prazos, que consiste em uma medida de eficiência do cronograma expressa como a razão entre valor agregado e valor planejado.
- 80 Enquanto o processo estimar os custos define os recursos monetários necessários para executar o trabalho do projeto, o processo determinar o orçamento agrega os custos estimados de pacotes de trabalho para estabelecer uma linha de base dos custos autorizada.

Acerca da gestão de processos de negócios ou BPM, julgue os itens subsequentes.

- 81 BPM representa uma forma de visualizar as operações de negócio que vai além das estruturas funcionais tradicionais, compreendendo todo o trabalho executado para entregar o serviço do processo, independentemente de quais áreas funcionais estejam envolvidas.
- 82 O objetivo da modelagem de processos, conjunto de atividades envolvidas na criação de representações de processos de negócio propostos, é criar uma representação do processo de maneira completa e precisa sobre seu funcionamento.

Julgue os seguintes itens, relativos a fundamentos da ITIL v3.

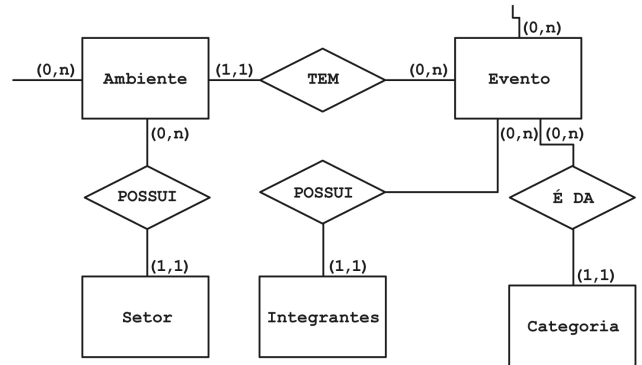
- 83 A ITIL não possui processo específico que realize gerenciamento financeiro, da contabilidade ou de cobrança de um provedor de serviço de tecnologia da informação (TI); no entanto, no desenvolvimento do caso de negócio, é viável incluir informações sobre custos e benefícios financeiros acerca dos serviços de TI envolvidos.
- 84 A central de serviços, importante função da ITIL, além de ser o ponto focal com o usuário de tecnologia da informação (TI), é responsável por fornecer habilidades técnicas para o suporte de serviços de TI e o gerenciamento de infraestrutura de TI.

Julgue os próximos itens, a respeito dos fundamentos de COBIT 5.

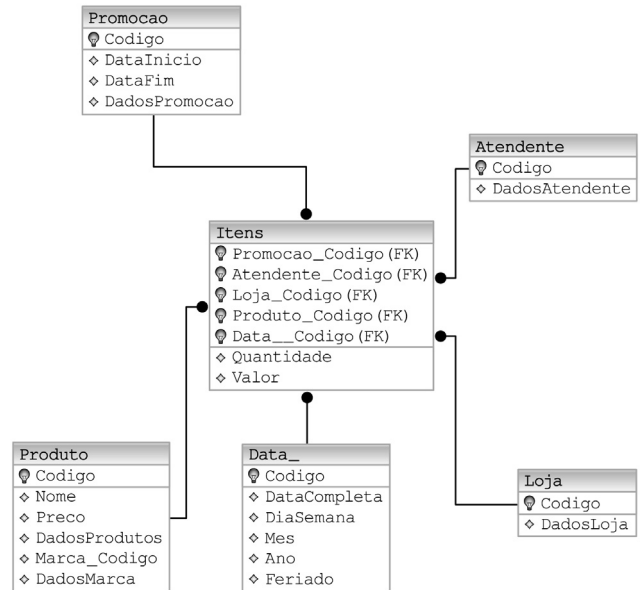
- 85 O COBIT aborda a governança e gestão da informação correlata a partir da perspectiva de toda a organização, ou seja, o sistema de governança corporativa de TI proposto pelo COBIT integra-se perfeitamente em qualquer sistema de governança, de modo que o COBIT permite regular e controlar tecnologias afins onde quer que essas informações possam ser processadas.
- 86 O COBIT divide os processos de governança e gestão de TI da organização em dois domínios, e inclui um modelo de referência de processo no qual a gestão é responsável pelo desenvolvimento, pela execução e pelo monitoramento das atividades, em consonância com a direção definida pelo órgão.

Com relação a banco de dados, julgue os itens seguintes.

- 87 Com base no diagrama a seguir, é correto afirmar que um item na entidade *Ambiente* pode não relacionar-se com nenhum item na entidade *Setor* ou pode relacionar-se com vários itens nesta entidade, enquanto um item na entidade *Setor* pode relacionar-se somente com um item na entidade *Ambiente*.



- 88 Considerando-se o modelo multidimensional a seguir, é correto afirmar que *Quantidade* e *Valor* são dimensões de *Itens*.



Julgue os próximos itens, relativos a segurança da informação.

- 89 A criptografia provê métodos de disfarçar informações; a criptografia de chave pública é simétrica quando envolve a utilização de duas chaves separadas, mas correlacionadas.
- 90 Identificação e autenticação são requisitos de segurança da informação que consistem em identificar usuários do sistema e verificar as suas identidades, como pré-requisito para permitir o acesso desses usuários ao sistema.

No argumento seguinte, as proposições P1, P2, P3 e P4 são as premissas, e C é a conclusão.

- P1: “Se há carência de recursos tecnológicos no setor Alfa, então o trabalho dos servidores públicos que atuam nesse setor pode ficar prejudicado.”.
- P2: “Se há carência de recursos tecnológicos no setor Alfa, então os beneficiários dos serviços prestados por esse setor podem ser mal atendidos.”.
- P3: “Se o trabalho dos servidores públicos que atuam no setor Alfa fica prejudicado, então os servidores públicos que atuam nesse setor padecem.”.
- P4: “Se os beneficiários dos serviços prestados pelo setor Alfa são mal atendidos, então os beneficiários dos serviços prestados por esse setor padecem.”.
- C: “Se há carência de recursos tecnológicos no setor Alfa, então os servidores públicos que atuam nesse setor padecem e os beneficiários dos serviços prestados por esse setor padecem.”.

Considerando esse argumento, julgue os itens seguintes.

- 91** Se a proposição “O trabalho dos servidores públicos que atuam nesse setor pode ficar prejudicado.” for falsa e a proposição “Há carência de recursos tecnológicos no setor Alfa.” for verdadeira, então a proposição P1 será falsa.
- 92** Se a proposição P4 for verdadeira, então a proposição “Os beneficiários dos serviços prestados pelo setor Alfa são mal atendidos.” será, necessariamente, verdadeira.
- 93** A proposição P3 é equivalente à proposição “Se os servidores públicos que atuam nesse setor não padecem, então o trabalho dos servidores públicos que atuam no setor Alfa não fica prejudicado.”.
- 94** A proposição $P1 \wedge P2$ é equivalente à proposição “Se há carência de recursos tecnológicos no setor Alfa, então o trabalho dos servidores públicos que atuam nesse setor pode ficar prejudicado e os beneficiários dos serviços prestados por esse setor podem ser mal atendidos.”.
- 95** A negação da proposição “Os servidores públicos que atuam nesse setor padecem e os beneficiários dos serviços prestados por esse setor padecem.” é corretamente expressa por “Os servidores públicos que atuam nesse setor não padecem e os beneficiários dos serviços prestados por esse setor não padecem.”.
- 96** O argumento em questão é válido.

Seis amigos — Alberto, Bruno, Carla, Dani, Evandro e Flávio — estão enfileirados, da esquerda para a direita, e dispostos da seguinte forma:

- I Bruno está em uma posição anterior à de Carla;
- II Carla está imediatamente após Dani;
- III Evandro não está antes de todos os outros, mas está mais próximo da primeira posição do que da última;
- IV Flávio está em uma posição anterior à de Bruno;
- V Bruno não ocupa a quarta posição da fila.

Com base nessas informações, julgue os itens a seguir, considerando a ordenação da esquerda para a direita.

- 97** A segunda e a terceira posições da fila são ocupadas por Evandro e Bruno.
- 98** Carla pode ocupar a última posição da fila ou a penúltima.
- 99** A quarta posição da fila somente pode ser ocupada por Dani.
- 100** Bruno e Dani estão, necessariamente, em posições consecutivas.

Espaço livre

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Após a aprovação da reforma da previdência social, o governo correu para estabelecer uma agenda de reformas econômicas. Batizado de Mais Brasil, o plano do governo propõe transformar radicalmente o Estado — racionalizando os gastos públicos. Entre as propostas encontra-se a previsão de gatilhos, que possibilitam a redução de salários de servidores, de forma a evitar que o governo descumpra a chamada regra de ouro.

Internet: <www.economia.ig.com.br> (com adaptações).

Com relação ao assunto abordado no texto precedente, julgue os itens a seguir.

- 101** A emissão de dívida pública para o financiamento de despesas correntes que não seja respaldada por créditos suplementares ou especiais viola a regra de ouro, que tem previsão constitucional.
- 102** A proposta de emenda constitucional voltada a permitir que o governo possa reduzir o salário dos servidores públicos em caso de grave desequilíbrio orçamentário qualifica-se, essencialmente, como um instrumento do Estado para o exercício de sua função distributiva.

O governo federal estuda incluir na proposta de reforma tributária a redução da alíquota máxima do imposto de renda das pessoas físicas (IRPF), hoje de 27,5%. Outros pontos prováveis são o fim das deduções com educação e saúde e a tributação dos dividendos.

Internet: <www.correiobrasiliense.com.br> (com adaptações).

Com relação ao tema abordado no texto anterior, julgue os itens que se seguem.

- 103** A eliminação da possibilidade de dedução das despesas com saúde e educação da base de cálculo do IRPF embute caráter regressivo ao tributo.
- 104** Diferentemente do IRPF, os impostos indiretos, tais quais os impostos que incidem sobre a circulação de mercadorias e serviços, são regressivos, posto que oneram proporcionalmente mais os indivíduos com menor capacidade de pagamento, e não neutros, no sentido de provocarem distorções sobre a alocação de recursos na economia.

No que se refere às políticas e aos instrumentos de política fiscal, regulatória e monetária, julgue os itens subsequentes.

- 105** O governo, ao elevar a alíquota do imposto sobre importação com vistas a incentivar a indústria doméstica, atua no âmbito de sua política regulatória, por meio de um imposto com caráter extrafiscal.
- 106** O Banco Central do Brasil, ao estabelecer norma que limita as taxas de juros das operações de cheque especial, atua no âmbito da política monetária.
- 107** A progressividade das alíquotas de contribuição previdenciária dos servidores públicos tem caráter fiscal, o que caracteriza aumento de tributação.
- 108** O Banco Central do Brasil, ao alterar as alíquotas dos depósitos compulsórios, realiza política monetária expansiva, ampliando a base monetária, o que impacta desfavoravelmente as contas públicas.

Julgue os próximos itens, acerca de receitas públicas.

- 109** O superávit do orçamento corrente resultante do balanceamento dos totais das receitas e despesas correntes é classificado como receita de capital e não constitui item da receita orçamentária.
- 110** Os preços de serviços públicos e as taxas não se confundem, porque estas, diferentemente daqueles, são compulsórias e têm sua cobrança condicionada à prévia autorização orçamentária, em relação à lei que as instituiu.
- 111** Pelo regime orçamentário, pertencem ao exercício financeiro as receitas nele previstas.

Julgue os itens a seguir, acerca de despesas públicas.

- 112** Classificam-se como investimentos as dotações destinadas a constituição ou aumento do capital de entidades ou empresas que visem a objetivos comerciais ou financeiros.
- 113** Os restos a pagar são as despesas empenhadas e não liquidadas até o dia 31 de dezembro do exercício financeiro.
- 114** Nenhum investimento poderá ser iniciado sem prévia inclusão no plano plurianual ou sem lei que autorize a sua inclusão, sob pena de crime de responsabilidade.
- 115** Os pagamentos devidos pelas fazendas públicas federal, estaduais, distrital e municipais em virtude de sentença judiciária devem ser feitos exclusivamente na ordem cronológica de apresentação dos precatórios e à conta dos créditos respectivos, ressalvados os pagamentos de obrigações definidas em lei como de pequeno valor.

Com relação a déficit público, reforma administrativa, reforma previdenciária, responsabilidade fiscal, regra de ouro e ordenação de despesa, julgue os itens a seguir.

- 116** Para avaliar a dinâmica da dívida líquida do setor público, é necessário considerar a diferença entre as despesas primárias e as receitas primárias, bem como o déficit nominal dos ajustes patrimoniais.
- 117** Com a reforma administrativa ocorrida em 1998, os servidores públicos passaram a adquirir a estabilidade a partir da posse no cargo público.
- 118** Nenhum benefício relativo à seguridade social poderá ser criado sem a indicação de uma fonte de custeio para suportar essa despesa.
- 119** Define-se regra de ouro como o instrumento de controle dos gastos públicos federais que estabelece um limite ao crescimento das despesas do governo durante vinte anos.
- 120** Para a criação de ação governamental que acarrete aumento de despesa, é necessária declaração do ordenador de despesa quanto à adequação financeira.

No que se refere a política fiscal, distribuição de renda, transferências voluntárias e destinação de recursos ao setor privado, julgue os próximos itens.

- 121 A combinação da política monetária com a política fiscal não influencia a composição do produto interno bruto (PIB).
- 122 A criação de imposto progressivo para redistribuir a renda dos mais ricos para os mais pobres pode implicar redução da renda nacional, devido ao risco de essa medida reduzir o incentivo ao trabalho e à poupança.
- 123 Transferências voluntárias correspondem aos recursos que são destinados pela União a outro ente da Federação, como é o caso dos recursos destinados ao Sistema Único de Saúde.
- 124 A destinação de recursos públicos ao setor privado é decisão idiossincrática do agente público executor de um programa de governo e independe de autorização em lei específica.
- 125 É vedada a realização de transferências voluntárias para o ente público que não observar os requisitos de sua responsabilidade na gestão fiscal.

A respeito de orçamento público, ciclo orçamentário e créditos adicionais, julgue os itens que se seguem.

- 126 No Brasil, o sistema de planejamento e de orçamento federal tem a finalidade de formular o plano plurianual, as diretrizes orçamentárias e os orçamentos anuais, cabendo ao Congresso Nacional o controle orçamentário.
- 127 **Situação hipotética:** Subsecretário do Ministério da Educação definiu o termo de execução descentralizada (TED) como forma de implementação de uma ação orçamentária de apoio ao desenvolvimento da educação básica para a capacitação de professores e gestores educacionais, com o intuito de descentralizar o crédito do ministério para a universidade federal responsável pelo treinamento. **Assertiva:** O subsecretário agiu corretamente, visto que o TED é uma forma de implementação direta sem transferência de recursos entre entes da Federação.
- 128 Projeto de lei orçamentária anual (LOA) que não contenha despesas essenciais deverá ser revisto antes de ser votado, pois os créditos adicionais, que têm a função de ajustar as dotações da LOA, devem ser usados somente como créditos suplementares e créditos extraordinários.
- 129 A anulação parcial de dotações orçamentárias não é uma fonte de recursos para a abertura de crédito suplementar.
- 130 No orçamento público federal, tanto a receita quanto a despesa são programadas, autorizadas e controladas.

Relativamente à classificação das contas contábeis do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP) conforme a natureza de informações que elas evidenciam, julgue os seguintes itens.

- 131 Tanto a classe 3 (variação patrimonial diminutiva) quanto a classe 4 (variação patrimonial aumentativa) pertencem à natureza de informação de controle, que registra os atos da gestão que produzem modificações no patrimônio da entidade do setor público.
- 132 A classe 5 (controles da aprovação do planejamento e orçamento) e a classe 6 (controles da execução do planejamento e orçamento) pertencem à natureza de informação orçamentária, que registra, processa e evidencia os atos e fatos relacionados ao planejamento e à execução orçamentária.

Com relação às etapas das receitas públicas e das despesas públicas, bem como a seus estágios e suas categorias, julgue os itens a seguir.

- 133 Na fase da despesa em liquidação, as despesas que já possuem reserva de dotação orçamentária são separadas daquelas que ainda precisam de autorização legislativa.
- 134 Em alguns casos, a cronologia das etapas da receita orçamentária — previsão, lançamento, arrecadação e recolhimento — não precisa necessariamente ser observada, uma vez que nem todas as etapas ocorrem para todos os tipos de receitas orçamentárias.

A respeito da movimentação da Conta Única do Tesouro Nacional, julgue os itens subsecutivos.

- 135 Serão automaticamente canceladas as ordens bancárias não sacadas no prazo de sete dias.
- 136 Somente as entidades que contarem com autorização específica em lei poderão efetuar aplicações financeiras na Conta Única do Tesouro Nacional.

Com relação às características e aos instrumentos de segurança do sistema integrado de administração financeira (SIAFI), julgue os próximos itens.

- 137 Nos órgãos e nas entidades dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário que integram os orçamentos fiscal e de seguridade social, inclusive as entidades de caráter financeiro, é obrigatória a utilização do SIAFI na modalidade de uso total.
- 138 Os operadores do SIAFI devem ser escolhidos dentre os servidores públicos de cargo efetivo com lotação nas unidades às quais esses operadores deverão ter acesso.

Julgue os itens a seguir, acerca da concessão de suprimento de fundos e do tratamento contábil a ser dado ao suprimento de fundos.

- 139 Para que o recurso de suprimento de fundos seja concedido ao suprido, devem ser percorridos os três estágios da despesa orçamentária — empenho, liquidação e pagamento.
- 140 O suprimento de fundos representa uma despesa, do ponto de vista patrimonial, pois, no momento da sua concessão, há redução no patrimônio líquido.

Conforme o disposto na NBC TSP — estrutura conceitual, julgue os itens a seguir, acerca das restrições da informação a ser incluída nos relatórios contábeis de propósito geral das entidades do setor público (RCPG).

- 141** É material a informação cujo valor seja superior a 10% do grupo contábil do qual essa informação faça parte.
- 142** Como não é possível identificar todos os custos e benefícios da informação incluída nos RCPG, avaliar se os benefícios da informação justificam seus custos é frequentemente uma questão de julgamento de valor.

Acerca da necessidade de relacionamento do regime orçamentário com o regime contábil, julgue os itens que se seguem.

- 143** A previsão da receita orçamentária pode ser usada como reconhecimento da atividade tributária, pois essa etapa é o resultado das metodologias de projeção usualmente adotadas.
- 144** Somente no efetivo ingresso do recurso a receita orçamentária será contabilmente reconhecida.
- 145** Deve-se proceder à baixa do direito a receber no momento do lançamento da receita tributária.

Os dados a seguir referem-se à aquisição de computadores por uma entidade pública com o objetivo de melhorar e otimizar os serviços prestados à sociedade.

quantidade	100
preço unitário	R\$ 3.000
impostos não recuperáveis	20%
vida útil estimada	4 anos
data de aquisição	31/12/2017
método de depreciação	cotas constantes
valor residual	não há

Após 3 anos de uso desses computadores, foi feita a contratação de laudo técnico sobre a recuperabilidade das máquinas utilizadas, por recomendação de um auditor ao gestor patrimonial. Conforme o laudo, o valor líquido de venda dos computadores era de R\$ 80.000 e o valor em uso, de R\$ 100.000.

A partir dessas informações, julgue os próximos itens.

- 146** O valor contábil dos computadores em dezembro de 2020 será de R\$ 90.000.
- 147** Ao final do ano de 2020, a entidade deverá contabilizar a perda por recuperabilidade, porque o valor contábil do ativo é superior ao valor recuperável.
- 148** Caso a entidade aliene esse ativo em julho de 2021 pelo valor de R\$ 50.000, haverá um ganho de R\$ 10.000.
- 149** O valor correspondente à despesa de depreciação dos computadores é uma variação patrimonial diminutiva.

Uma secretaria municipal funciona em um imóvel alugado. Além desse gasto, a secretaria paga o salário de seis servidores, contas de água e energia elétrica, além das despesas com material de consumo e limpeza. Ao fazer o gerenciamento dos custos da secretaria, o gestor tem à sua disposição diferentes métodos de custeio.

Considerando a situação hipotética precedente, julgue os itens a seguir.

- 150** O gestor adotará o método de custeio direto se alocar como custos fixos o aluguel e os salários, e como variáveis, as contas de água e de energia elétrica e as compras de materiais de consumo e de limpeza.
- 151** Caso o gestor adote o método de custeio variável, o valor do aluguel não deverá ser alocado como custo, pois corresponde a um valor fixo.
- 152** Se optar pelo método de custeio por absorção, o gestor deverá, na produção de serviços da secretaria, apropriar todos os custos diretos, como aluguel e salários, e os indiretos, como água, energia elétrica e material de consumo e de limpeza.
- 153** Caso a secretaria adquira um novo mobiliário para melhoria do serviço prestado, o valor pago deverá ser contabilizado pelo gestor como investimento, e não como custo do período.

A respeito das variações patrimoniais, julgue os itens seguintes.

- 154** Variações patrimoniais são transações que promovem alterações nos elementos patrimoniais de uma entidade pública e que afetam o resultado, positiva ou negativamente.
- 155** O ajuste por perda de recuperabilidade realizado no ativo imobilizado de uma entidade pública é uma variação patrimonial caracterizada como quantitativa diminutiva.

O artigo 216 da Constituição Federal de 1988 conceitua patrimônio cultural como os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação e à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira. A respeito das características dos ativos descritos como bens do patrimônio cultural, julgue os próximos itens.

- 156** O valor de um bem do patrimônio cultural pode ser aumentado ao longo do tempo, mesmo que haja deterioração da condição física desse bem.
- 157** A mensuração de um bem do patrimônio cultural, assim como dos demais itens do ativo imobilizado, é realizada a partir do seu custo histórico.

O gestor contábil de um ente público realizou o procedimento de contabilização das provisões e dos passivos contingentes, decorrentes de demandas judiciais tributárias, com base no seguinte quadro informativo.

Quando, em consequência de eventos passados, possa existir uma saída de recursos que incorporem benefícios econômicos ou potencial de serviços seja exigida para a extinção de:

a) uma obrigação presente; ou

b) uma obrigação possível, cuja existência será confirmada apenas pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos que não estão totalmente sob o controle da entidade.

tipo de demanda	obrigação	probabilidade de saída de recursos	possibilidade de estimativa confiável do valor	classificação	forma de evidenciação
trabalhista	presente	provável	possível	provisão	balanço patrimonial e nota explicativa
tributária	presente	provável	não possível	passivo contingente	nota explicativa
tributária	presente	pouco provável	possível ou não possível	passivo contingente	balanço patrimonial
tributária	presente	remota	possível ou não possível	passivo contingente	nota explicativa
tributária	presente	provável	possível	passivo contingente	nota explicativa

O auditor informou a necessidade de correção dos relatórios, pois o quadro apresenta algumas inconsistências no que diz respeito à classificação e à forma de evidenciação.

A respeito dessa situação hipotética, julgue os itens a seguir.

158 A demanda tributária identificada como pouco provável quanto à probabilidade de saída de recursos deve ser classificada como provisão evidenciada no balanço patrimonial.

159 A probabilidade de saída de recursos classificada como remota não deve ser evidenciada no balanço patrimonial nem em notas explicativas.

160 A demanda trabalhista, diferentemente das tributárias, só pode ser reconhecida como provisão.

Espaço livre

**GOVERNO DO ESTADO DE ALAGOAS
SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO, GESTÃO E PATRIMÔNIO DO ESTADO
DE ALAGOAS (SEPLAG/AL)
CONCURSO PÚBLICO PARA O PROVIMENTO DE VAGAS NOS CARGOS DE
AUDITOR DE FINANÇAS E CONTROLE DE ARRECADAÇÃO DA FAZENDA ESTADUAL E DE
AUDITOR FISCAL DA RECEITA ESTADUAL
DA SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA DE ALAGOAS (SEFAZ/AL)**

Aplicação: 08/02/2020

CONHECIMENTOS BÁSICOS PARA O CARGO 1

Matriz_514_SEFAZALCB1

GABARITOS OFICIAIS DEFINITIVOS

Obs.: (X) item anulado.

Item	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
Gabarito	C	C	E	C	E	C	E	C	E	E	C	C	E	C	E	E	C	E	E	C
Item	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40
Gabarito	C	C	E	C	E	C	C	E	E	E	C	E	E	C	C	E	E	C	C	E
Item	41	42	43	44	45	46	47	48	49	50	51	52	53	54	55	56	57	58	59	60
Gabarito	C	C	E	X	C	E	E	C	E	C	C	C	E	C	E	C	E	E	C	E
Item	61	62	63	64	65	66	67	68	69	70	71	72	73	74	75	76	77	78	79	80
Gabarito	E	C	C	E	E	C	C	E	C	E	X	X	E	C	E	E	C	E	C	C
Item	81	82	83	84	85	86	87	88	89	90	91	92	93	94	95	96	97	98	99	100
Gabarito	C	C	E	E	C	C	E	E	E	C	C	E	C	C	E	E	C	C	E	E



GOVERNO DO ESTADO DE ALAGOAS
SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO, GESTÃO E PATRIMÔNIO DO ESTADO
DE ALAGOAS (SEPLAG/AL)
CONCURSO PÚBLICO PARA O PROVIMENTO DE VAGAS NOS CARGOS DE
AUDITOR DE FINANÇAS E CONTROLE DE ARRECADAÇÃO DA FAZENDA ESTADUAL E DE
AUDITOR FISCAL DA RECEITA ESTADUAL
DA SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA DE ALAGOAS (SEFAZ/AL)

Aplicação: 08/02/2020

Cargo 1: AUDITOR DE FINANÇAS E CONTROLE DE ARRECADAÇÃO DA FAZENDA ESTADUAL

Matriz_514_SEFAZAL001

GABARITOS OFICIAIS DEFINITIVOS

Obs.: (X) item anulado.

Item	101	102	103	104	105	106	107	108	109	110	111	112	113	114	115	116	117	118	119	120
Gabarito	X	E	E	C	C	E	C	E	C	C	E	E	E	E	X	C	E	C	E	C
Item	121	122	123	124	125	126	127	128	129	130	131	132	133	134	135	136	137	138	139	140
Gabarito	E	C	E	E	C	X	C	E	E	E	E	C	E	C	X	C	E	E	C	E
Item	141	142	143	144	145	146	147	148	149	150	151	152	153	154	155	156	157	158	159	160
Gabarito	E	C	E	C	E	C	E	E	C	E	C	E	C	X	C	C	E	E	C	E